

CORRECÇÃO DA FICHA DE AVALIAÇÃO

Tema IV – A Organização Económica das Sociedades

Unidade 11 — A intervenção do Estado na economia

1. a) V
b) F
c) V
d) V
e) F
f) V
g) F
h) V
i) V
j) F

2.

2.1 O Estado necessita de efectuar despesas para realizar as funções que lhe estão atribuídas.

2.2 É um documento de previsão, político, económico e jurídico.

2.3. Gestão dos dinheiros públicos; definição da política económica e financeira.

3. Enquanto as despesas correntes são despesas em bens de consumo, as despesas de capital são em bens duradouros ou que contribuem para o aforro.

4. Patrimoniais, tributárias e creditícias.

5. É o valor total de obrigações, facturas e outros títulos por liquidar, por parte do Estado. O seu maior peso advém dos empréstimos contraídos pelo Estado.

6.

6.1 Redistribuição de rendimentos.

6.2 Regulamentação jurídica; planos reguladores da economia; produção de bens e serviços.

7.

7.1 Impostos directos (107º., nº. 1); impostos indirectos (107º., nº. 4).

7.2 Enquanto que nos impostos fiscais apenas se visa obter receitas, nos impostos extrafiscais, para além de se obter receitas, pretende-se, simultaneamente, atingir outras finalidades, como acontece, por exemplo, com os direitos alfandegários cuja finalidade não é apenas conseguir recursos, mas também satisfazer/proteger determinada indústria nacional.

7.3 O imposto progressivo é aquele cuja taxa aumenta à medida que aumenta a matéria colectável.

7.4 O princípio fundamental em matéria da política fiscal é o da igualdade tributária, que se concretiza na generalidade, na uniformidade e na igualdade vertical de impostos:

- generalidade, no sentido em que todos os cidadãos estão sujeitos ao pagamento de impostos, não havendo qualquer distinção de classe;
- uniformidade que impõe que a repartição dos impostos pelos cidadãos obedeça ao mesmo critério, idêntico para todos;
- igualdade vertical significa que as pessoas com diferentes rendimentos devem pagar diferentes impostos.

8.

8.1 Os objectivos associados à política monetária são: o crescimento da economia e do emprego; o controlo do nível geral dos preços (inflação) e o equilíbrio da balança de pagamentos.

8.2 Os instrumentos utilizados são: a taxa de juro; a taxa de redesconto; a taxa de reserva de caixa; as operações de mercado aberto e os *plafonds* de crédito.

8.3 A taxa de juro das operações activas e passivas que o Banco Central paga e cobra aos bancos comerciais condiciona as respectivas taxas praticadas pela banca comercial, quer junto dos particulares quer junto das empresas. Assim, se o Banco Central subir a taxa de juro das operações passivas, está a promover a poupança e a retirar liquidez ao mercado; se pelo contrário, a taxa de juro das operações activas baixar, está a incentivar a liquidez do mercado.

9.

9.1 Estas duas políticas implicam-se mutuamente pois os preços dos bens prendem-se com o poder de compra dos consumidores e o aumento dos preços influencia negativamente a repartição dos rendimentos, uma vez que são as classes com rendimento inferiores as que mais sofrem as suas consequências. Por isso elas devem ser delineadas de forma integrada.

9.2 Congelamento de preços; fixação de preços máximos; lançamento de impostos indirectos, etc.

9.3 De um modo geral, para operar a sua política de rendimentos, o Estado socorre-se de várias outras políticas. Assim, recorre à política fiscal aplicando uma taxa progressiva no imposto sobre o rendimento e isentando do pagamento de impostos os que auferem menos rendimentos, altera o rendimento disponível das famílias, cobrando mais a quem ganha mais. Depois, redistribui a percentagem dos rendimentos cobrados através de um sistema de transferências sociais (prestações sociais e fornecimento de serviços).

10.

10.1 O desemprego constitui um encargo para a sociedade; tende a provocar a subida dos preços uma vez que os desempregados, não contribuindo para a produção e continuando a consumir, tornam os bens mais escassos aumentando o seu valor de troca; e proporcionando o surgimento de um mercado negro de trabalho, na medida em que os desempregados, apesar de subsidiados, baixam os seus rendimentos e as empresas pouco escrupulosas e na ânsia de reduzirem os seus encargos sociais aliciam-nos a trabalhar em situação ilegal.

10.2 Os instrumentos das políticas de combate ao desemprego são de diversa ordem:

- o aumento da escolaridade e a sua adaptação às necessidades reais da economia;
- a formação profissional contínua;
- incentivo às empresas: concessão de subsídios, isenções fiscais, bonificações bancárias, etc.;
- fomento de obras públicas;
- a diminuição da idade de reforma.

10.3 O Estado português promove políticas activas de empregabilidade através da implementação de medidas de prevenção e activação para desempregados e de inclusão social.

As medidas de prevenção e activação para desempregados vão no sentido de:

- fomentar a formação profissional dos jovens, nomeadamente através de estágios profissionais;
- fomentar a formação profissional para desempregados;
- de apoiar a criação do próprio emprego.

As medidas de inclusão social visam a inserção no mercado de trabalho, sobretudo, das pessoas com deficiências e as de muito baixo nível de instrução e qualificação profissional.

Paralelamente, têm vindo a ser implementadas: medidas de promoção das aprendizagens ao longo da vida (com vista a combater o desemprego tecnológico e o de longa duração, em virtude da reconversão tecnológica das empresas), e medidas de combate à desigualdade de oportunidades de que as mulheres são vítimas quanto ao acesso ao emprego e compatibilização com a vida no lar.

11.

11.1 Enquanto que as políticas estruturais visam modificar as estruturas em que assenta o funcionamento da economia, sendo por isso, forçosamente de longo prazo, as políticas conjunturais pretendem corrigir os desvios ocorridos à linha anteriormente traçada e são de curto prazo.

11.2 A política agrícola, política industrial e política comercial.

11.3 A política agrícola, para além dos objectivos relativos à produtividade da agricultura, contempla sobretudo esquemas de apoio aos preços e aos rendimentos a fim de estabilizar ou aumentar os rendimentos dos agricultores.

11.4 A política industrial visa agir sobre o sector secundário da actividade económica de modo a favorecer a competitividade.

Existem duas correntes quanto ao modo como se deve favorecer a competitividade:

- através de uma política de “nichos”, isto é, através de estímulo de alguns pontos de produção (ramos/empresas) criteriosamente escolhidos, precisamente aqueles que se apresentam como mais rendosos a nível internacional. Esta corrente assenta na teoria das vantagens comparativas, defendendo a especialização de cada economia no fabrico de produtos para a qual a economia está mais vocacionada e absorve a maior parte dos factores produtivos;
- através de uma política de fileira (ou de cadeia) que visa actuar nas interdependências existentes no seio do sistema produtivo. Esta corrente defende que a competitividade resulta da acção semelhante e independente dos diferentes agentes económicos, pelo que o Estado deverá intervir a fim de regular a respectiva actuação para que esta não seja díspare.

11.5 Os que protegem a produção nacional:

- os direitos aduaneiros;
- as restrições quantitativas à importação (contingentação);

- as barreiras não alfandegárias como as normas de rotulagem, armazenamento, etc.;
- a taxa de câmbio.

Os que promovem as exportações:

- a taxa de câmbio;
- os subsídios à exportação;
- os benefícios fiscais à exportação;
- o *dumping*;
- as campanhas de publicidade e marketing;
- os acordos comerciais internacionais.

12.

12.1 Ao nível do ambiente, os Estados intervêm de duas formas:

- actuando directamente na correcção dos desequilíbrios existentes, nomeadamente regulando e controlando produtos, processos de produção e a utilização de recursos naturais;
- exercendo persuasão sobre o agente poluidor, de forma a induzi-lo a tomar a iniciativa de reduzir os seus níveis de poluição.

12.2 O Estado pode lançar mãos dos seguintes instrumentos:

- do seu poder legislativo que usa para emitir normas que proíbem e impõem comportamentos; como por exemplo:
 - a) proibição (total/parcial) de certas actividades poluentes (atmosférica ou sonora) a determinadas áreas ou períodos do dia;
 - b) imposição de limites para a emissão de poluentes, como o dióxido de carbono;
 - c) exigência de instalações e equipamentos anti-poluentes, como filtros;
 - d) controlo do uso de recursos naturais por intermédio da fixação de cotas (não comercializáveis) de extracção.
- de instrumentos económicos como:
 - a) taxas e tarifas (ex.: Taxa de Poluição – que deve ser calculada segundo o grau de degradação ambiental causado pelo agente poluidor ou paga pelos custos de tratamento público de afluentes);
 - b) subsídios, para incentivar os agentes poluidores a reduzirem os níveis de poluição e adoptarem comportamento anti-poluidores (uso de tecnologias “limpas”);
 - c) criação de mercados, que consiste na criação artificial de um mercado para a poluição, uma vez que, através da concessão de licenças, por exemplo, permite aos agentes comprar ou vender direitos (cotas de poluição/direito de poluir). A criação de mercados é simultaneamente uma forma de controlo e de persuasão.